



Os Comunistas na Imprensa Carioca Moderna (1960-1970): Cooptação ou Infiltração?¹

Igor Sacramento²

Marco Antonio Roxo da Silva³

Ana Paula Goulart Ribeiro⁴

ECO/UFRJ

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de analisar a presença de comunistas como jornalistas nas redações de jornais cariocas modernos. Para isso, primeiramente, destacaremos a especificidade da modernização da imprensa carioca entre as décadas 1960 e 1970 e suas relações com os outros projetos de modernização em curso – a conservadora e a pecebista – para, enfim, indagamos que não houve nas relações profissionais de comunistas jornalistas com a “imprensa modernizada” somente “infiltração” ou “cooptação” daqueles militantes, mas ambíguas práticas políticas que analisaremos dialeticamente.

Palavras-chave

Imprensa Carioca; Comunistas; Modernização; Jornalismo.

Introdução

No Brasil, a década de 1950 foi marcada por um conjunto de transformações decorrentes, sobretudo, da aceleração dos processos de industrialização e urbanização do país. Esse processo engendrou mudanças em uma variedade de condutas e ações, levando a institucionalização de determinadas práticas sociais. Nesse momento, se instalou um “novo” *habitus* moderno⁵, estruturado e balizado na busca pelo progresso técnico e pela racionalização dos processos produtivos – enfim, pela modernização.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Doutorando em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ. E-mail: igorsacramento@gmail.com

³ Doutor em Comunicação pela UFF e bolsista recém-doutor da ECO/UFRJ. E-mail: marcoroxo@urbi.com.br.

⁴ Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ e professora da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da mesma instituição. E-mail: apgoulart@terra.com.br.

⁵ Falamos em “novo”, porque as campanhas pela modernização da sociedade brasileira ao longo do século XX foram inúmeras, e, antes, a Revolução de 1930 teve um papel crucial nesse longo e intrincado processo.



Assim, estabeleceu-se um “passado arcaico” contra o qual o “presente moderno” deveria lutar para se distinguir – e inovar. É por esse processo de distinção que trabalha a modernização.

No jornalismo brasileiro, especialmente carioca, procurou-se implantar o modelo norte-americano de jornalismo, promovendo não só a renovação das empresas e dos textos, mas também a profissionalização e a sindicalização dos jornalistas, bem como a constituição de todo um ideário sobre o estatuto e a função social do jornalismo (RIBEIRO, 2007: 25-164). Embora tal modernização tenha se feito a partir de diálogos, negociações e resistências com o “amadorismo” do passado, ela acabou por se legitimar como “mito de origem” da “ruptura total” com o modo anterior de fazer jornalismo (SILVA, 2007: 38-70).

Nos anos 1960 e 1970, especialmente naqueles em que se manteve a ditadura militar, deu-se um novo projeto de modernização baseado não só na consolidação da indústria e do mercado nacionais, mas na sedimentação de uma “identidade nacional oficial”, a partir da expansão e diversificação da presença e influência do aparelho estatal.

Nesse período, o número de periódicos brasileiros foi reduzido a menos da metade. O Rio de Janeiro, talvez pela perda do status de capital federal, foi um dos locais que mais sofreu nesse processo. Vários jornais tradicionais da cidade desapareceram, como o *Diário da Noite*, o *Correio da Manhã*, *O Jornal*, o *Diário de Notícias*, *A Notícia*, a *Luta Democrática*, o *Diário Carioca* e a *Última Hora* desapareceram. Fechariam também *A Noite*, *O Radical*, *A Manhã*, *Folha Carioca* e *A Nação*, assim como revistas de circulação nacional, tais como *O Cruzeiro*, *Revista da Semana*, *Noite Ilustrada*, *Carioca* e *Vamos Ler*.

O declínio de cada uma dessas publicações está associado a circunstâncias e conjunturas próprias às instituições. Em alguns casos, deveu-se ao descuido e à má administração por parte dos seus diretores e proprietários. Mas o desaparecimento desses órgãos traduz também um processo de reconfiguração do mercado de imprensa, com conseqüências profundas no jornalismo como um todo, tanto em termos econômicos como também em termos técnico-profissionais (RIBEIRO, 2006).

Começou a haver, por exemplo, uma diferenciação entre os diários quanto à tiragem. Nos anos 1950, a maioria dos matutinos tinha tiragem média de 60 mil exemplares enquanto os vespertinos apresentavam, com poucas variações, regulavam por volta de 100 mil exemplares. Na década de 1980, essa situação mudou



completamente. No Rio de Janeiro, apenas três jornais – *O Globo*, o *Jornal do Brasil* e *O Dia* – possuíam tiragens altas e monopolizavam quase 80% dos leitores. Em São Paulo, três grupos – a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Diário Popular* – controlavam quase 90% das vendas de jornais.

Outra questão importante: nos anos 1950, havia jornais com posições editoriais as mais diversas. O matiz político e ideológico era um fator importante na construção da identidade dos diários e na segmentação do público leitor. Nos anos 1970, os jornais perderam essa característica. O desaparecimento do pluralismo de opinião na imprensa diária foi resultado da chegada do jornalismo informativo, baseado nas normas técnicas do modelo norte-americano e centrado nos ideais da objetividade, neutralidade e imparcialidade. Mas a “despolitização” da imprensa – como se costuma falar – foi consequência também do sistema autoritário que se impôs à nação no pós-1964. A censura e a pressão governamental sobre os jornais e os jornalistas tiveram, nesse contexto, um papel fundamental (KUSHNIR, 2004; SMITH, 2000).

Uma das explicações para essas mudanças foi a queda no ritmo de crescimento da publicidade no início dos anos 1960, reflexo da crise política e econômica por que passou o país. Além disso, parcela da antiga receita – sobretudo aquela destinada a promoção dos produtos de grande consumo – começou a se transferir para a televisão. Entre 1960 e 1973, a participação da televisão na distribuição dos recursos globais de publicidade teve um crescimento bastante significativo: passou de menos de 10% para quase 50%.

A redução dos valores da publicidade e o seu progressivo deslocamento em direção à televisão teve reflexos imediatos na imprensa, levando ao fechamento de alguns jornais e ao agravamento da situação econômica de outros. Os veículos populares e de classe média foram os mais atingidos. Os dirigidos a um público com forte poder aquisitivo conseguiam atrair para si a maioria dos investimentos publicitários.

Frente a essa conjuntura, a modernização técnico-administrativa do jornalismo ocorrida na década anterior foi, sem dúvida, um elemento decisivo do êxito de algumas empresas. As maiores, mais organizadas administrativamente e mais eficientes em termo da gestão dos seus negócios tiveram melhores condições de atravessar a crise econômica e a cada vez mais acirrada corrida concorrencial.

Por outro lado, a modernização exigia que as empresas jornalísticas investissem em tecnologia (com renovação dos seus parques gráficos, no aperfeiçoamento das



matérias-primas) e em mão-de-obra qualificada, o que implicou no aumento do custo de produção dos jornais. Muitas empresas, que até então viviam apenas de venda avulsa e de assinatura, passaram a depender das receitas publicitárias e os que não foram capazes de atrair anunciantes, não sobreviveram a tão competitivo de mercado.

As regras da concorrência foram afetadas pelo contexto político. O regime militar – tal como Getúlio Vargas durante o Estado Novo – interveio diretamente na atividade jornalística através da censura aos jornais, da regulamentação da atividade jornalística (via leis de imprensa e de profissionalização), de impostos, subsídios, preços de insumos, matérias primas e da manipulação das verbas publicitárias dos órgãos do governo.⁶

É, então, num momento de modernização da sociedade brasileira capitaneada pelo Estado autoritário, que a imprensa carioca enfrenta sucessivas crises e tem de novamente se modernizar, bem como aprofundar as modernizações realizadas na década de 1950. É curioso notar que nesse processo a presença de comunistas na imprensa tornou-se intensa e tensa: *intensa*, pelo sua intensificação em relação a períodos anteriores⁷, e *tensa*, pelo fato de empresas jornalísticas, num contexto de regime militar – anti-comunista –, estavam empregando diversos comunistas como jornalistas.⁸

Pensando em tudo isso, neste trabalho, mostraremos a dialética existente entre a prática de infiltração de comunistas na imprensa carioca e as estratégias de cooptação de comunistas pela imprensa carioca, tendo como foco as articulações entre três

⁶ É possível imaginar, por exemplo, que a *Ultima Hora*, por suas características técnicas e empresariais, teria tido provavelmente condições de se firmar frente às novas regras concorrenciais, mas faliu devido a perseguições políticas levadas a cabo pelos militares. Em suas memórias – publicadas no livro *Minha razão de viver* – Samuel Wainer (1987) conta detalhes dos boicotes e das pressões sofridos pelo seu jornal depois do golpe de 1964. Processo semelhante ocorreu com o *Correio da Manhã*, que fechou não apenas em função de suas limitações administrativas e empresariais, mas porque não resistiu à política deliberada de extinção que contra a ele moveu o Estado autoritário. Apesar de ter sido um dos órgãos de informação de maior apoio ao golpe – tendo publicado os famosos editoriais “Basta” e “Fora” –, o jornal da família Bittencourt passou à oposição logo nas primeiras semanas após a implantação do novo regime. O periódico denunciou casos de tortura e reclamou o respeito à Constituição e às liberdades individuais. Mas pagou um preço alto por isto. Seus diretores foram presos, e passou a ser submetido à censura prévia, além de sofrer um severo bloqueio comercial e publicitário. Não apenas os organismos oficiais, mas também as grandes companhias privadas suspenderam os seus anúncios, mergulhando o jornal em uma aguda crise financeira. E o jornal, que já vinha sofrendo coma concorrência do moderno *Jornal do Brasil*, não resistiu (Andrade, 1991).

⁷ Ainda não temos como aferir com dados numéricos se houve, de fato, o aumento. Esta é uma hipótese, derivada de relatos, que ainda precisa ser verificada.

⁸ Ainda não há um estudo sistemático sobre a presença e a atuação de comunistas na imprensa, um trabalho absolutamente necessário para a historiografia do jornalismo brasileiro. No entanto, Abreu (2008) menciona alguns casos e Albuquerque e Silva (2009) oferecem questões bastante interessantes sobre o tema. Sendo assim, ainda não conhecemos os muitos dos comunistas que aturam na imprensa: quantos eram?, quem eram?, que faziam?, como faziam?, em que jornais estavam trabalhando?, por que estavam naqueles jornais e não nos do partido?. Essas são algumas das questões que estão orientando nossos esforços de pesquisa, as quais pretendemos responder no desenrolar dos trabalhos.



diferentes – e até mesmo concorrenciais – projetos de modernização postos em curso na década em questão: o primeiro se refere ao próprio projeto de *modernização conservadora*, capitaneado pelo Estado, que impulsionou a economia e, no seu bojo, criou inúmeras agências e instituições culturais estatais, como a Funarte. O segundo, o da *modernização da imprensa*, que pode ser considerado uma ramificação do anterior, no qual o desenvolvimento de conglomerados multimídias, como as Organizações Globo, se constituiu em um dos elementos centrais para a formação de um novo espaço público nacional e midiático. A ocupação deste espaço permitiu a consolidação do projeto de nação moderna e capitalista de determinados grupos sociais, a expansão do mercado consumidor de bens culturais e o reposicionamento dos produtos televisivos.

O terceiro projeto a ser analisado, o de *modernização pecebista*, tem duas vertentes. A primeira se refere ao fato do PCB, apesar de clandestino, ter forte presença no campo cultural. O partido foi um elemento fundamental na formação de uma “estrutura de sentimento da brasilidade romântico-revolucionária” para seus artistas e intelectuais, e ainda serviu para lhes conferir uma assegurada distinção e status, por meio de amplo crédito social, como produtores culturais (RIDENTI, 2000). A segunda vertente remonta a importância que os comunistas imputavam à idéia de modernização capitalista, vista como um avanço da industrialização do país e como uma etapa necessária – e fundamental – para a realização do projeto revolucionário do partido.

Nosso objetivo, então, é tentar lançar novas luzes sobre as complexas relações entre os intelectuais e artistas comunistas e as mídias de massa no Brasil. Nossa idéia é ultrapassar a dicotomia excludente entre *infiltração* (a mídia como instrumento) e *cooptação* (a mídia como instrumentalização), ao mostrar como são ambíguas e mutuamente constitutivas as articulações existentes entre a pretensa atividade política de uma prática e a pura passividade política da outra: entre a resistência e o conformismo.

Os comunistas e os processos de modernização conservadora no Brasil

O Partido Comunista do Brasil, PCB, Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC) foi fundado em março de 1922, no Rio de Janeiro. Em linhas gerais, a sua fundação é tida como resultado de dois movimentos: de um lado, o esgotamento das formas organizativas do proletariado brasileiro dirigido pelos anarcosindicalistas; de outro, a influência da Revolução Russa sobre boa parte das lideranças sindicais e intelectuais engajadas na fundação do PCB (PANDOLFI, 1995: 69-78).



Algumas características singularizaram o PCB ao longo de sua história. Entre elas: 1) visão dualista da economia brasileira; 2) o evolucionismo; 3) manutenção do modelo leninista de organização partidária; 4) clandestinidade. Estes aspectos estão, em maior ou menor grau, no centro das ambigüidades que marcaram a existência do partido em relação ao papel assumido pelo mesmo em relação ao seu projeto de modernização.

Oriundo das teses da III Internacional, o *dualismo econômico* foi encampado por parte dos intelectuais comunistas no II Congresso do partido em 1925. Ele estava centrado na idéia da existência de um setor arcaico no campo brasileiro que sustentava a aliança de interesses entre capital agro-exportador brasileiro e o imperialismo inglês e funcionava como um dique à modernização das relações de trabalho no Brasil (DÓRIA, 1998: 213-214). Daí a importância para o PCB da nacionalização da economia como forma de ampliar a industrialização do país, importante para a formação da classe verdadeiramente revolucionária, o proletariado.

Esta concepção do “moderno” estava relacionada concepção *evolucionista* da história derivada de uma leitura dogmática do marxismo-leninismo, que referendava o comunismo como o último estágio de evolução da humanidade. Esta certeza trouxe dois tipos de interpretações do partido para a análise das ações políticas dos seus militantes. Uma, que explicava o insucesso de experiências revolucionárias ou de avanço gradual ao socialismo como fruto da debilidade teórica dos militantes. A consequência dessa debilidade eram os “desvios ideológicos”, geralmente identificados como “individualismo pequeno-burguês” (desvio à direita) ou “voluntarismo” ou “espontaneísmo” (desvio à esquerda) (PANDOLFI, 1995: 43 e 153).

A outra foi o *etapismo*, que se sustentava na crença de que era necessário consolidar o capitalismo industrial e a democracia liberal como um passo necessário para avanço da etapa “burguesa” que antecedia à socialista. Isso resultou na constante busca do PCB para formar frentes, blocos ou alianças pluriclassistas, que moduladas pela ideologia nacionalista, visavam corrigir as disparidades na economia brasileira para concretizar a revolução burguesa no Brasil. Ao longo dos anos, o que variou, segundo as diferentes conjunturas, foi o tipo de concepção tática do partido: a via pacífica do reformismo ou a revolução nacional-popular como forma de eliminação das relações sociais consideradas ainda “feudais” para adaptá-las as formas de exploração capitalista.⁹

⁹ Os comunistas fizeram alianças com os tenentes na década de 1920; com liberais em 1930; com os Partido Socialista Brasileiro e o Partido Democrático Social na Aliança Libertadora Nacional em 1935; com os trabalhistas na década de 1940 em torno do movimento queremista e no fim dos anos 1950; e com



Para atingir seus objetivos, o PCB se estruturou como uma *organização partidária leninista*. Conforme Lênin (2006), para ter eficácia operacional os partidos comunistas deveriam ser dirigidos por uma vanguarda formada por militantes experientes, profissionais e dotados de disciplina férrea para o cumprimento das diretrizes partidárias. A base do partido seria formada por militantes anônimos dedicados à causa socialista.

Com origem nos movimentos sindicais e sociais, o Partido Comunista era dividido em unidades com forte articulação entre elas e fazendo uso do centralismo democrático como mecanismo disciplinar. O partido seria, nesse modelo, uma organização clandestina, centralizada e integrada homogeneamente do ponto de vista ideológico e modulada por um profundo respeito à hierarquia¹⁰.

Este modelo de organização partidária tem uma conexão de sentido com a longa existência clandestina do PCB.¹¹ Se, por um lado, a manutenção do centralismo democrático foi um dos responsáveis pela tradição de expurgos existentes nos partidos comunistas, por outro, ele permitiu ao PCB infiltrar militantes em diversos organismos do Estado ou da sociedade civil sem que estes perdessem os vínculos de lealdade e organicidade com o partido como veremos mais a frente.

Este esboço bastante preliminar e sintético sobre a lógica organizacional do PCB nos permite discutir a complexa relação do projeto de modernização dos comunistas e os processos de *modernização conservadora* que estiveram em voga no Brasil em 1930 e 1964. O conceito foi criado por Barrington Moore Jr. (1983) para expressar o autoritarismo como uma das possíveis vias de transição pacífica ou “pelo “alto” de um país para a modernidade.

O conceito expressa a forma política que processo de modernização adquiriu em países distintos, como a Alemanha e o Japão, que constituem os exemplos clássicos desse modelo de transição. Em geral, processos de modernização conservadora tiveram a liderança de setores oriundos das elites agrárias tradicionais, que forçaram uma

a oposição parlamentar do Movimento Democrático Brasileiro, MDB, nas décadas de 1970/80.

¹⁰ Ser comunista exigia abnegação, dedicação a causa comum, espírito de renúncia ao comodismo, capacidade de resistir ao sofrimento, submissão da vida privada às deliberações da vontade coletiva representada pelo partido. O militante deveria também ser bom marido, pai e profissional (FERREIRA, 2002: 71-88). Conforme Pandolfi (1995: 41) argumenta, isto tinha forte sintonia com uma linguagem militarizada. O militante era um soldado, a direção era o comando, o partido era um exército, a Internacional Comunista, o Estado Maior.

¹¹ Os momentos de legalidade do partido foram breves: de março a julho de 1922; de janeiro a agosto de 1927; de março de 1945 a maio de 1947 e após 1985, quando sua sobrevivência estava ameaçada pelo surgimento do Partido dos Trabalhadores, que abarcou a hegemonia no campo político-sindical da esquerda brasileira e pelo desmoronamento do socialismo real.



aliança com uma burguesia preocupada em ganhar dinheiro e avessa à democracia, mas dotada de força política suficiente para compor um bloco “transformista, cauteloso e autoritário em suas perspectivas e estratégias” (Domingues, 2002).

Isso implicou na montagem de sistemas de agricultura repressivos de mão de obra, para, de um lado, explorar a força de trabalho de forma a extrair um “excedente” econômico por meios diretos e, de outro, evitar que essa força de trabalho se organizasse como classe, mantendo-a submissa às relações de subordinação pessoal.

Segundo Moore Jr (1983:435), o êxito do processo parece estar ligado a algumas circunstâncias particulares. A principal delas é o surgimento no interior do bloco conservador de uma chefia com habilidade política suficiente para “arrastar os elementos reacionários menos perceptivos entre as classes superiores proprietárias”. A outra é a necessidade desta chefia se “desvincular” de sua classe e falar em nome do Estado, que passa a simbolizar os anseios “nacionais”. Para isso, ela tem de ter o poder de construir uma máquina burocrática poderosa (incluindo agências de repressão, os militares e a polícia), que não só lhes permita se libertarem da “influência da sociedade”, mas também eliminar pressões extremas de setores ultra-reacionários ou populares radicais.

Werneck Vianna (1976) usou o conceito para interpretar o arranjo político autoritário e oligárquico que, no Brasil, gerou a Revolução de 1930, aproximando-o do que Lênin definia como “via prussiana” para o capitalismo. Com base nesta chave interpretativa, ele procurou mostrar como a criação da estrutura corporativa sindical, de orientação conservadora, criada naquela década por Vargas, reduziu substantivamente a liberdade e controlou a capacidade de organização política da força de trabalho urbano, ao mesmo tempo em intensificou sua exploração dando ampla liberdade de movimento para os agentes do capital.¹²

O Estado Novo aprofundou esta política, se convertendo em agência do desenvolvimento das forças produtivas nacionais e se legitimando por estender uma “cidadania regulada” aos assalariados urbanos. Segundo Carvalho (2007), a idéia de modernização conservadora expressou um moderno antiliberal, antidemocrático, corporativo e simbolizou uma ideologia nacionalista responsável por tentar sufocar e/ou acomodar os conflitos de classe no interior da ordem autoritária instalada.

¹²Vianna (1976) destaca diversas analogias entre o caso alemão e o brasileiro. Mas, enquanto a popularização do autoritarismo alemão redundou na experiência do nazismo, a brasileira resultou na invenção do trabalhismo, ideologia que sistematizou a política populista entre 1945 e 1964.



Vianna (1976) e Carvalho (2007) vêm a “modernização pecebista” e “conservadora” como processos distintos. Mas não é fora de propósito tecer a afirmação de que o nacionalismo e a idéia de revolução por etapas consubstanciaram a posterior aliança entre o PCB e Vargas em torno do movimento queremista. Bem como apontar que organização partidária verticalizada e hierarquizada dos comunistas facilitou a movimentação e a adaptação dos comunistas no interior da estrutura sindical corporativa, dos quais se tornaram um dos seus principais defensores.

Assim, nos parece razoável supor que houve um movimento de inserção e de acomodação dos comunistas nas instituições herdadas do Estado Novo e que tiveram continuidade na política populista (1945-1964).¹³ Após um período de radicalização, entre 1947 e 1953, o partido, apesar voltar a ser clandestino, se inseriu na dinâmica da sociedade civil.¹⁴ A lógica da inserção se consagrou com o Manifesto de 1958 e, a partir daí, o PCB assumiu definitivamente a via pacífica do reformismo como eixo de luta e se articulou a setores das forças armadas, da intelectualidade, da área cultural e de diversos partidos políticos compondo o chamado bloco nacional-desenvolvimentista, também de herança varguista.¹⁵ Esse movimento não refluíu após a instauração de um novo ciclo de modernização conservadora aberto em 1964 e, para isto, a cultura partidária e a disciplina herdada da vivência dos militantes na clandestinidade foram fundamentais.

Pode-se dizer que, nesse contexto, o PCB intensificou o processo de “infiltração”. Mota (2007: 291) chamou a atenção para a importância da larga tradição clandestina das esquerdas marxistas-leninistas para estas manterem suas organizações funcionando sem grandes alterações no pós-1964: “O PCB manteve sua estrutura clandestina em funcionamento, mas orientou a maior parte dos seus militantes para a atividade legal dentro do MDB, partido a que deveriam se filiar a ajudar a construir”. Enquanto alguns militantes do MDB não pertencentes ao PCB adotaram uma retórica agressiva contra a ditadura militar, os comunistas tinham disciplina suficiente para se

¹³ Conforme Palácios (1989:82), os comunistas julgavam-se portadores de um ideal de justiça e progresso identificado, em última instância, com a própria forma que tomou o desenvolvimento capitalista no Brasil.

¹⁴ A fase de grande abertura do PCB correspondeu ao seu maior período de vida legal, quando o partido ampliou sua articulação com a sociedade através dos seus jornais, participou de eleições, ampliou o número de filiados e se tornou a quarta maior força política do país. Com a Guerra Fria e a eleição de Dutra, o partido foi posto na clandestinidade e passou por uma fase de “depuração” de quadros e de idéias para eliminar os desvios à esquerda (troktismo) e à direita (burgueses) numa fase chamada de estalinização, que durou cerca de dez anos. Os produtos culturais do PCB passaram a se submeter às diretrizes do “realismo socialista”. Sobre este assunto, foram consultados Moraes (1994) e Rubim (1995).

¹⁵ Esta tática implicou numa ação por “dentro” das instituições, tais como os sindicatos, o Instituto de Superior de Estudos Brasileiros, os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes, os jornais diários etc, sem que implicasse, necessariamente, na tomada da direção das mesmas.



conterem e assumirem, muitas vezes, uma postura conciliatória e moderada defendendo a via eleitoral como forma de fortalecer o seu projeto de formação de uma frente democrática

Albuquerque e Silva (Idem) chamaram a atenção para a importância da cultura partidária para explicar a intensa presença e adaptação dos comunistas na estrutura hierárquica das organizações jornalísticas. O elevado senso de disciplina e profissionalismo dos quadros do PCB facilitou o trabalho de produção noticiosa no período posterior a 1964, pois atuar dentro das regras do jogo era uma das formas de se evitar perseguições pessoais ou coletivas dos militantes e dar estabilidade aos jornais para que eles pudessem avançar no seu processo de modernização. Disciplinados, os comunistas forneciam aos jornais um modelo de jornalista profissional fiel às normas da organização empresarial. Em contrapartida tinham uma relativa liberdade de ação para defenderem suas concepções de mundo nas páginas dos periódicos. Os donos dos jornais ofereciam proteção e liberdade para os jornalistas comunistas atuarem nas suas publicações, mas dentro de limites implicitamente determinados.

Desse ponto de vista, a estratégia de “infiltração” não tinha uma lógica *stritu sensu* subversiva, pois não se visava tomar por “dentro” as instituições para direcioná-las. Ela também não tinha um fundo ideológico como a tentativa de influenciar, em larga escala a opinião pública, tendo em vista a forma como os comunistas ao caráter gradualista da transição democrática. A infiltração foi um recurso organizacional cujo fim era a sobrevivência do PCB, num quadro de intensa repressão, a política de alianças e a possibilidade de transformar a legenda de um partido de quadros para um partido de massas plenamente adaptado as regras do jogo democrático.

Neste sentido, apesar de diversos militantes comunistas ocuparem posições-chaves em organismos culturais, o PCB não tinha uma política cultural definida. Podemos especular que o engajamento de artistas e produtores culturais, ligados orgânica ou afetivamente ao Partido, na busca de símbolos do “nacional-popular” em oposição ao que consideravam um “vanguardismo cosmopolita sem raízes”, fazia parte de um quadro intelectual mais amplo, de uma “estrutura de sentimento”.

A intensa repressão às diferentes atividades culturais no pós-1964, entretanto, criou um “vazio” para artistas e intelectuais. Seu espaço passou a ser ocupado de forma agressiva pelo Estado com a criação de agências como o Instituto Nacional do Cinema (1966), a Embrafilme (1969) e a Funarte (1975), entre outras. De modo quase paralelo,



a Embratel (1965) e o Ministério das Comunicações (1967) dominaram uma tecnologia que permitiu a formação das redes nacionais de televisão.

Nesse contexto, o desenvolvimento da Indústria Cultural permitiu que esta ocupasse em parte o “vazio” cultural deixado pela repressão militar. Abriu-se um campo de possibilidades para os artistas identificados com o realismo crítico buscassem não só a sua sobrevivência financeira, mas também para que pudessem realizar seus projetos individuais e artísticos.¹⁶

O próprio PCB incentivou o ingresso dos seus militantes nas organizações midiáticas. Mas este ingresso se deu por um caráter voluntarista, não amparado numa estratégia ou numa política específica. Naquele momento, as instituições de mídia estavam em pleno desenvolvimento, ofertando aos comunistas, além da estabilidade financeira, a possibilidade de usarem toda a sua estrutura e tecnologia na criação de novas obras, ampliando de forma até então inimaginável o raio de ação social das mesmas. Porém, para isso, tinham de tentar harmonizar sua autonomia criativa com as exigências da audiência massiva e do lucro. Era o modo de funcionamento do mercado cultural. E caberia aos próprios artistas aderirem a ele ou não. É em torno deste dilema posto pela modernização que vamos discutir a dialética da “infiltração” e “cooptação” dos militantes comunistas nas ou pelos jornais cariocas modernos.

Os comunistas na imprensa carioca dos anos 1960-1970: cooptação ou infiltração?

Porque as redações de um modo geral, os jornalistas de um modo geral, assim como os estudantes de um modo geral, têm posições políticas de esquerda, sendo que nessa época as redações dos jornais eram todas com força do Partido Comunista, do Partidão (PCB). O chefe de redação do *Globo*, por muito tempo, foi o Henrique Kaban, que foi do Partidão, cria do Milton Coelho da Graça. Então, os principais eram comunistas. E os comunistas puxavam comunistas. Então, as redações de um modo geral eram muito políticas. Porque os comunistas eram os melhores quadros para a direita. (...) Eles eram excelentes profissionais e abstraíam qualquer posição política ali. O Milton Temer era um oficial da Marinha, foi cassado em 1964, virou jornalista porque era comunista. (...) O Milton Coelho foi uma referência, ele arrumou emprego para muita gente. (...) Uma coisa que eu tenho convicção é o seguinte: quem sabe das coisas são os comunistas... (...) Toda a imprensa da década de 1960 veio de um jornal chamado *Imprensa Popular*, que era um jornal diário do Partido Comunista. Moacyr Werneck

¹⁶ É importante frisar que estamos tratando de um grupo de militantes majoritariamente oriundo dos segmentos médios escolarizados e composto por indivíduos, que pelas suas trajetórias dentro do campo cultural, tinham mais possibilidade de divulgar e realizar seus projetos diante das oportunidades surgidas. O projeto, conforme Gilberto Velho (1987), faz parte da tentativa consciente dos indivíduos de darem sentido ou coerência a uma experiência fragmentadora, como as vividas pelos militantes culturais do PCB nos anos 1970.



de Castro, Otávio Malta, João Saldanha, todos vieram do mesmo nicho (In MUNIZ, 2006)

O depoimento acima é do jornalista Pedro Porfírio, que ingressou na atividade jornalística no início dos anos 1960 na *Última Hora* a convite de Milton Coelho da Graça, na época um dos editores do jornal. O depoimento é interessante por três aspectos. O primeiro é que atesta o elevado grau de profissionalismo dos jornalistas comunistas. Estes, por se abstrairam de questões *stricto sensu* políticas, saberem dos seus limites, acabavam se constituindo nos “melhores quadros para a direita” (idem).

Este argumento pode ser ratificado pelo depoimento de Evandro Carlos de Andrade (2003, p.35), editor-chefe de *O Globo*, que afirmou preferir trabalhar com comunistas que udenistas, pois os primeiros eram profissionais, cumpriam os prazos determinados e sabiam dos seus limites. Segundo Roberto Muller Filho (2003: 272), da *Gazeta Mercantil*, muito do seu espírito de isenção e apelo à coisa pública foram herdados de sua militância no PCB. Essa impressão sobre os jornalistas comunistas transcende a esfera regional. Cláudio Abramo, um dos responsáveis pelas reformas de *O Estado de São Paulo* no fim dos anos 1950, e da *Folha de S. Paulo* nos anos 1970, disse o seguinte dos jornalistas comunistas

Ao longo de minha vida profissional descobri que os membros do Partido Comunista são as pessoas mais fáceis de lidar. São os mais disciplinados e os mais racionais na ação diária e no trabalho. Faz-se um trato e eles cumprem, não brincam em serviço e não procuram forçar nada. Em todos esses anos nunca encontrei dificuldades com membros do PC, cujos militantes são de um comportamento exemplar do ponto de vista do jornal. Para o meu gosto acho até meio besta, mas para um jornal capitalista seu comportamento é exemplar (ABRAMO, 1993: 169).

O segundo aspecto trata da rede de solidariedade e sociabilidade existente entre os jornalistas comunistas, criada, sobretudo, na imprensa do próprio Partido. O depoimento de Porfírio chama atenção para uma das publicações do PCB, *Imprensa Popular*, diário vendido em banca, que circulou no Rio de Janeiro entre 1948 e 1958. O jornal sucedeu o *Tribuna Popular*, fundado em 1945, um dos órgãos mais importantes da ampla cadeia de jornais criada pelo partido após a obtenção da legalidade. Conforme Rubim (1995), a rede de jornais do PCB se potencializou neste período, com a utilização de intelectuais, entre eles jornalistas, escritores, artistas etc., filiados ou afetivamente ligados ao Partido. Isto o favoreceu um determinado nível de qualidade jornalística, permitindo que a imprensa comunista fosse vista, em muitos lugares, como uma verdadeira escola de jornalismo.



Tribuna Popular pode ser visto desta forma. O diário tinha uma direção coletiva composta por Aydano do Couto Ferraz, Dalcídio Jurandir, Carlos Drummond de Andrade e Pedro Motta Lima. Segundo este último, o jornal estava centrado na cobertura de fatos, mas tinha um “esquema”, que não se diferenciava do “esquema geral” dos outros jornais, a sua parte opinativa. Nele conviviam comunistas e não comunistas, mas estas classificações não eram assumidas pelos agentes.

Na redação da *Tribuna Popular* não poderia haver o que pudesse se chamar de relação entre comunistas e não comunistas, porque, na realidade, os que estavam ali eram redatores, membros da redação, embora uns fossem membros do Partido e outros não. Até mesmo em posição de relevo, figurando com o nome no cabeçalho do jornal, houve a inclusão de pessoas de grande projeção, democratas que tomaram posições ativas em épocas anteriores, na luta contra o Estado Novo e o nazismo, que não eram comunistas e, no entanto, estavam assinando colunas e escrevendo artigos (LIMA, 1979).

Isto não impediu o jornal estabelecer polêmicas com os diários conservadores como na defesa da Aliança Libertadora Nacional, de 1935. Além disso, o jornal tinha intensas dificuldades para conseguir anunciantes e os que existiam, eram intimidados pela polícia política a anunciar em outros jornais. De qualquer forma, o depoimento de Motta Lima sugere haver na *Tribuna Popular* existência de um ambiente de preocupações jornalísticas que transcendia as possíveis divergências políticas existentes entre os homens de imprensa ali instalados.

Com o retorno do PCB à ilegalidade em 1947, a *Tribuna Popular* foi fechada. O partido teve a necessidade criar outro jornal de massa. Com esse objetivo a *Imprensa Popular* foi criada em 1948, mantendo boa parte do corpo de redatores e do formato jornalístico da *Tribuna Popular*. Mas, houve mudanças em função da ilegalidade e da radicalidade da linha política, mais estreita e sectária, adotada pelo partido. Tensões e divergências entre jornalistas e destes com a cúpula partidária foram se acumulando e se aprofundaram em 1956, com a divulgação do Relatório Krushev, denunciando o stalinismo.

Um grupo de jornalistas chamados de “abridistas” defenderam a publicização dos debates nas colunas do jornal, enquanto os “fechadistas” defendiam que a discussão se resumisse às instâncias partidárias. Esta cisão resultou na demissão de boa parte dos jornalistas de *Imprensa Popular*, fechado em 1958 em função da mudança de linha política do PCB, com a adoção do reformismo (Abreu et all, 2001: 2777). Mas, não deixa de ser interessante perceber no depoimento do jornalista Maurício Azedo, como o



fato de ter se iniciado no jornalismo em órgãos do PCB, entre eles o *Imprensa Popular*, lhe facilitou o acesso ao *Jornal do Brasil*, quando ele teve de sair do diário comunista:

Eu comecei como tradutor de Espanhol de um jornal mantido pelo Partido Comunista Brasileiro chamado *Democracia Popular*, isso em janeiro de 1956; alguns meses depois – eu era membro da União da Juventude Comunista – fui convocado para atuar no setor de imprensa da UJC como participante da redação de um periódico que a Juventude Comunista tinha chamado *Novos Rumos*, e nas análises que nós fizemos chegamos à conclusão que o jornal não tinha público, não tinha perspectiva de circulação, decidimos pelo fechamento do jornal e eu me vinculei como *profissional* da União da Juventude Comunista ao jornal diário do Partidão, do PCB, fazendo a coluna Movimento Estudantil. (...) E com o racha que houve no Partido em razão do informe do Nikita Krushev (secretário-geral do PCUS ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética) - eu tinha me vinculado à **reportagem geral** do *Imprensa Popular*; esse racha assumiu o caráter de um confronto áspero, inclusive do ponto de vista físico, porque a redação ficou dividida entre os fechadistas -que não queriam a abertura do Partido - e os abridistas - que queriam um partido mais arejado, com processos mais democráticos de discussão e de decisão. Eu era integrante desse grupo e nós fomos expelidos do *Imprensa Popular*. Então cada um tomou o seu rumo e eu tentei me vincular à redação do *Jornal do Brasil* - que estava iniciando a reforma sob o comando do Odilo Costa Filho - sob a indicação de um companheiro da *Imprensa Popular* que era nosso chefe de reportagem, o Nelson Lontra Costa (.In MUNIZ, 2006).

Isto nos leva a discutir o terceiro aspecto, as redes de relações informais existentes entre os jornalistas comunistas. Segundo Albuquerque (2006), a formalização das exigências para o registro profissional dos jornalistas com a obrigatoriedade do diploma era uma forma do governo militar acabar com as redes de relações informais que facilitavam a contratação de jornalistas de esquerda e de oposição à ditadura. Entre estas, uma das mais citadas era a dos comunistas, que procuravam ocupar postos hierárquicos nas redações dos principais jornais do país de modo a formar redes de proteção recíproca, dando o emprego a outros militantes e simpatizantes do PCB (ALMEIDA e WEIS, 1998: 357).

É possível especular que o aprendizado profissional desses quadros era, em boa parte, iniciado com pequenas colaborações em jornais de partidos de esquerda tradicionais e/ou de grêmios estudantis universitários e se desenvolvia de forma informal e autodidata para outras atividades como a diagramação, edição etc. Isto os tornava relativamente familiarizados com práticas similares as desenvolvidas nas empresas jornalísticas. A quebra dessa rede de informalidade se configurava, então, num potente instrumento para substituir jornalistas simpatizantes e/ou militantes de



partidos políticos de esquerda por jornalistas graduados e orientados para a busca da realização profissional.

Isto nos faz retomar o tema da infiltração/cooptação. Se de um lado, a obrigatoriedade do diploma provocou um fechamento das fronteiras do jornalismo de modo a inibir o funcionamento da rede de relações informais existentes entre os comunistas, de outro esse fechamento também está associado a um crescente aumento da mão de obra jornalística, proporcionada agora não por partidos e grupos de esquerda, mas pelo aumento progressivo dos cursos universitários.

A consequência disso foi que a oferta de mão-de-obra especializada para o trabalho no jornalismo logo se tornou muito superior ao número de postos de trabalho nas empresas jornalísticas.¹⁷ Nestas circunstâncias, a admissão de novos jornalistas se tornou necessariamente um processo mais impessoal e, conseqüentemente, se tornou mais difícil para o PCB e outras organizações de esquerda usar suas redes de relacionamento para infiltrar membros e aliados nos jornais.

Devido ao seu treinamento formal em jornalismo, e contando com o apoio legal proporcionado pelo decreto-lei nº 972, os novos jornalistas eram mais propensos a desenvolver uma atitude individualista sobre o seu emprego do que seus colegas mais veteranos. Eles tendiam a entendê-lo como uma consequência de seu mérito pessoal e formação especializada, antes que como um favor que eles deveriam retribuir.¹⁸ Isso não

¹⁷ A saturação do mercado nas redações teve como contrapartida o deslocamento dos jornalistas para o setor de assessorias de imprensa disputado com os profissionais de relações públicas. A ocupação deste mercado nos anos 1980 se deveu ao papel exercido pelas entidades de classe dos jornalistas. O Sindicato de São Paulo realizou dois Encontros Estaduais (1983 e 1984) tentando diminuir as rivalidades entre jornalistas e assessores e regulamentar o trabalho dos últimos na chamada comunicação empresarial. O Sindicato do Rio de Janeiro realizou um Seminário Intersindical para convencer os sindicatos de outras categorias a contratar jornalistas profissionais para os seus departamentos de imprensa em detrimento do uso de militantes políticos. Em 1986, a FENAJ, após um acordo Vera Giangrande, presidente do Conselho Federal de Relações Públicas, CONFERP, sedimentou a ocupação do mercado de assessorias e publicou o Manual de Assessoria de Imprensa no qual afirma que “os profissionais de assessoria de imprensa são antes de tudo, jornalistas” e que o trabalho dos assessores é, sobretudo, o de “agilizar e complementar o trabalho do repórter, subsidiá-lo e lhe oferecer alternativas adequadas, garantindo o fluxo de informações para os veículos de comunicação”. Esse esforço de “jornalização” do setor de assessoria deu resultado. Em 1986, dos 17.500 jornalistas com carteira de trabalho assinada no Brasil, 9.600 trabalhavam no setor “extra-redação”, nome que designava empresas não jornalísticas do setor público e/ou privado e englobava um leque muito diverso de instituições como as organizações não governamentais, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais etc. Ver, SILVA, 2007: 126-155.

¹⁸ Proença (2004, p. 153-156) chamou atenção para o paralelismo de três processos: a obrigatoriedade da formação universitária, a especialização do campo da comunicação e crescimento das assessorias de imprensa. Justamente pelo fato de se verem como “especialistas” em comunicação que parte dos jornalistas graduados não se subjugava a opinião de veteranos com destaque no jornalismo, como Alberto Dines, para quem jornalistas e assessores eram adversários e não pares (Silva, 2007: 100-102). Dines foi um notório defensor da obrigatoriedade do diploma, porém desconsidera que foi a obrigatoriedade da formação universitária que conferiu o elo entre estas duas funções (Adghirni, 2004: 142). O papel dos sindicatos como líderes de uma cruzada corporativa ao defender a exigência do diploma e legitimar essa ampla faixa do mercado em comunicação como uma reserva de mercado para jovens jornalistas



significa, porém, que o perfil dos novos profissionais correspondesse ao perfil “técnico” desejado pelas autoridades do regime militar. Na virada para a década de 1970, as universidades brasileiras – como de resto, as de todo o mundo – se tornaram um terreno fértil para os grupos de esquerda radical, os quais, diferentemente do PCB, adotavam uma retórica revolucionária e, em alguns casos, se engajaram na luta armada contra o regime. Em algumas disciplinas cursadas na universidade, os alunos de jornalismo eram apresentados a conceitos de origem marxista, tais como Indústria Cultural e Aparelhos Ideológicos de Estado, que os estimulavam a desnaturalizar aspectos da técnica do jornalismo e contestar o discurso da neutralidade (ALBUQUERQUE E SILVA, 2009).

Obviamente, nem todos os jornalistas formados tinham uma perspectiva individualista sobre sua profissão e, entre eles, havia membros e simpatizantes do PCB. Contudo, a absorção de um número crescente de jornalistas com uma formação diferenciada dos demais foi um fator de tensão nas redações. Cláudio Abramo (1988), por exemplo, retrata os jornalistas formados como “egoístas”, “arrogantes” e “imprudentes”.

O crescente ingresso de jornalistas graduados nas redações foi acontecendo paralelamente a dois outros processos. O primeiro foi o de modernização e concentração das empresas jornalísticas. Por essa época, os jornais, para sobreviverem às novas regras de concorrência do mercado, estavam modernizando a sua infraestrutura e se tornando organizações mais complexas. As sedes dos jornais se tornaram maiores, o número de jornalistas aumentou e os laços entre eles se tornaram mais impessoais e burocráticos (CORRÊA, 2002). Nesta circunstância, o velho esquema disciplinar e as redes de solidariedade de que se servia o PCB encontravam um terreno muito menos fértil para florescer.

O segundo processo foi o surgimento do Novo Sindicalismo. Sob a influência desta concepção de ação sindical, centrada na defesa do assalariamento e confronto com o patronato, parte dos jornalistas passou a se identificar mais como membros da classe

graduados (Albuquerque, 2006: 84) acabou por produzir um efeito contrário ao que aconteceu nos EUA. Enquanto lá a objetividade foi um valor fundamental para os jornalistas fundamentarem os seus critérios de noticiabilidade e distinguirem o seu ethos profissional dos assessores, no Brasil o conhecimento do que é uma informação objetiva, ao que parece, diluiu a fronteira entre esses dois agentes. Isto fica explícito no depoimento de Nair Suzuki, chefe de reportagem da Ag. *Folha* num debate realizado no Sindicato de Jornalistas de São Paulo em 1982: *Esses jornalistas que estão deixando de ser repórteres para virarem fonte devem estar conscientes de que assessores de imprensa de governo são profissionais e como tais, acredito que contribuirão para dar um tratamento mais adequado à notícia, informando corretamente a opinião pública* (Silva: 2007: 125).



trabalhadora do que como intelectuais engajados na formação de um bloco pluriclassista e nacionalista, conforme defendido pelo PCB.

Em 1979, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo liderou uma greve, cuja pauta incluía a reivindicação de aumento salarial para a categoria e o reconhecimento do Conselho Consultivo de Representantes das Redações, organismo de base, pelos donos de jornais. Não obstante um grande número de jornalistas tenha entrado em greve, a adesão não bastou para interromper a circulação dos jornais¹⁹. Muitos jornalistas que eram membros do PCB foram contrários ao movimento grevista, e alguns tentaram exercer um papel conciliatório, mediando a relação entre os donos de jornal e os jornalistas em greve.²⁰ Contudo, o PCB já não tinha mais a influência de antes e perdia aceleradamente a sua condição de principal referencial da esquerda para o grupo que, no ano seguinte, fundaria PT (Partido dos Trabalhadores). O novo partido tinha uma atitude muito mais combativa em relação ao empresariado (ALBUQUERQUE e SILVA, 2009).

Este tipo de perspectiva mais combativa e classista conviveu com uma outra mais corporativa na qual a defesa do diploma de jornalismo, a padronização das relações salariais, da jornada de trabalho, o alargamento e patrulhamento das fronteiras do mercado de trabalho se harmonizaram num tipo de ação política que fez dos sindicatos um dos principais agentes da profissionalização dos jornalistas na década de 1980. Esta segunda perspectiva tomou forma em momentos em que as relações de classe tendiam a se acomodar levando os sindicatos a cada vez mais a se limitarem a defender às normas legais vigentes como meio de regular minimamente as relações dos

¹⁹ A greve ocorreu em maio de 1979 e os jornalistas foram derrotados em função do Tribunal Regional do Trabalho decretar a ilegalidade da greve a pedido das empresas. Mas o importante é compreender o peso que as reformas estruturais operadas nas empresas jornalísticas tiveram na derrota do movimento. Fausto Cupertino e Fúlvio Abramo, respectivamente diretor do *Diário do Comércio* e repórter da *Gazeta Mercantil* em São Paulo, apontaram para o fato dos jornais virarem grandes empresas e os jornalistas por não terem conhecimento tecnológico deixaram de dominar todas as fases do processo de produção de notícias se tornando mão de obra descartável. José Salomão Amorim, professor da Universidade de Brasília ressaltou que a greve fracassou pelo fato dos jornais paulistas receberem material noticioso de jornais de outros estados. Isto era um indicador da existência de um novo ambiente jornalístico, centralizado pelas agências de notícias e dominado por uma estrutura sofisticada de comunicações no país, fatores que alteraram a “regra do jogo” no interior dos jornais (*Ibid*: 2007:191). Esses diagnósticos convergem com o de Cláudio Abramo (1993:91-92), para quem os jornalistas não tinham um conhecimento técnico e eletrônico necessário para bloquear a produção dos jornais. Alberto Dines (2003:126) afirmou que os grevistas não estavam atentos às modificações ocorridas no trabalho jornalístico por conta da tecnologia.

²⁰ Para Alberto Dines (2003), a greve foi fruto da ação de um grupo radical, que depois se incorporou ao PT. Em oposição aos radicais estavam os quadros intermediários, os comandos dos jornais e do pessoal do PCB, definidos por ele como *as pessoas politicamente mais preparadas*. Cláudio Abramo, Mino Carta, Milton Coelho da Graça e Roberto Muller foram os que tentaram intermediar uma solução negociada entre o Sindicato, porém fracassaram e foram acusados de serem divisionistas (Abramo, 1993: 92).



seus filiados com as empresas e impedir que estranhos – entenda-se jornalistas não diplomados – exercessem o jornalismo.²¹

Do nosso ponto de vista, o assentamento dos jornalistas em torno de suas demandas corporativas foi duplamente facilitado. De um lado, se deu pelo próprio ensino do jornalismo nas universidades, centrado num viés tecnicista. E, de outro, foi facilitado pelo próprio modelo de ação sindical petista, no qual a perspectiva combativa, por não ter um lastro ideológico mais denso capaz de organizar e orientar os jornalistas como intelectuais, tinha um potencial para se reduzir a uma perspectiva corporativa de padrão *trade unionista*.²² Esta perspectiva era capaz de aglutinar os interesses da maioria anônima dos jornalistas, mas sob pena de secundarizar o papel político destes agentes como organizadores do campo cultural ao tornar o jornalismo um emprego como outro qualquer.

Para esta maioria, a idéia de auto-censura não tinha maiores significados, visto que não era a natureza do trabalho jornalístico que estava em questão, mas o status econômico que os agentes poderiam obter com este tipo de atividade por “dentro” do mercado. Com isto, o vínculo de identidade profissional e/ou sindical de boa parte dos jornalistas ficou atrelado ao diploma. E a manutenção da obrigatoriedade para o exercício profissional se tornou um tipo de bandeira em torno da qual às entidades de classe procuraram centrar a identidade dos jornalistas como profissionais.

Isto nos leva a conclusão de que os mecanismos de “cooptação” de militantes comunistas para o interior do jornalismo a partir dos anos 1950 se sustentavam nas redes de relações informais e pessoais que estes militantes formavam entre si. Ingressar no jornalismo podia significar a sobrevivência econômica, um exercício mesmo que contido de influência política sobre o público em geral e, até mesmo, uma forma de contribuir, num quadro de clandestinidade, com a sobrevivência da organização partidária.

A partir da ditadura militar, o processo de modernização das empresas jornalísticas, com a crescente burocratização e impessoalização do trabalho jornalístico, sofreu, em maior ou menor grau, com o formato adquirido pelo modelo de ensino universitário do jornalismo (técnico, centrado no ensino de habilitações e mudando

²¹ Esse processo de acomodação sofreu abalos na eleição de 1989, por exemplo, no qual grande parte dos jornalistas se engajou na campanha de Luís Inácio Lula da Silva para presidente. Mas, isto foi um impulso externo e passado os seus efeitos, as relações tendiam novamente a acomodação.

²² Esta era uma das principais críticas de Lênin ao sindicalismo, que para ele, só se tornaria politicamente ativo em prol da ação revolucionária se fosse comandado por uma vanguarda disciplinada e obstinada pelo trabalho revolucionário. Suas idéias estão expostas no seu livro *O Que Fazer*.



conforme às demandas profissionais) e do tipo de ação sindical que começou a se hegemonizar no final dos anos 1970, centrada na defesa do assalariamento e da obrigatoriedade do diploma. Com isso, os processos de cooptação de quadros jornalísticos foram também se “modernizando”. Quer dizer, passaram se orientar por uma lógica de mercado (concursos externos e avaliações de perfis feitas por agências de recursos humanos). A manutenção de resquícios arcaicos, como a estrutura de propriedade familiar, mantida pelas empresas jornalísticas, não nos impede de dizer que o processo de modernização das empresas em voga desde os anos 1960 mostra a crescente subordinação do jornalismo às injunções da economia e do mercado.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- ABREU, Alzira Alves de. “Revisitando os anos 1950 através da imprensa”. In: BOTELHO, André et al (org.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- ABREU, Alzira Alves de, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV, 2ª Edição revista e atualizada, 2001.
- ADGHIRNI, Zélia Leal. “Hibridação e Gêneros Midiáticos: A Informação Jornalística Pelas Instituições de Comunicação”. In: *Ícone. Programa de Pós-Graduação UFPE*, vol.7, p.140-152, 2004.
- ALBUQUERQUE, Afonso. “A Obrigatoriedade do Diploma e a Identidade Jornalística: Um Olhar pelas Margens”. In: *Contracampo*. PPGCOM UFF, vol.14, p.73- 90, 2006.
- ALBUQUERQUE, Afonso e SILVA, Marco Antônio Roxo da. “Skilled, Loyal and Disciplined: The Communist Journalists and the Adaptation of the American Independent Journalism Model in Brazil”. In: *The International Journal of Press/Politics*, 2009, v. 14(3). No Prelo.
- ANDRADE, Jeferson. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- CARVALHO, Maria Alice Resende de. “Breve História do “Comunismo Democrático” no Brasil”. In FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). *As Esquerdas no Brasil- Revolução e Democracia*, v.3, p. 261-281. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CORRÊA, Villas-Bôas. *Conversa com a Memória. A história de meio século de jornalismo político*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- DOMINGUES, José Maurício. “A Dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil”. In *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 45, nº3, p. 459-482, 2002.
- DÓRIA, Carlos Alberto. “O Dual, o feudal e o etapismo na Teoria da Revolução Brasileira”. In MORAES, João. Quartim de (org). *História do Marxismo no Brasil. Teorias e Interpretações*, p. 201-244, São Paulo, Editora da Unicamp, 1998.
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito. Cultura e Imaginário Político dos Comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: Mauad-Eduff, 2002.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalista e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. SP, Boitempo, 2004.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *Que fazer? A organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MORAES, Dênis de. *O Imaginário Vigiado: imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1994.
- MOORE JR, Barrington. *As Origens Sociais da Democracia e da Ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.



- MOTA, Rodrigo Patto Sá. “O MDB e as Esquerdas”. In FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). *As Esquerdas no Brasil- Revolução e Democracia*, v.3, p. 283-302. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- MUNIZ, Maria Luiza de Castro. “Os produtores da notícia entre a redação e o espaço prisional no regime militar”. Trabalho publicado nos anais do XII Encontro Regional de História – ANPUH/RJ -2006.
- PALÁCIOS, Manuel. “Os Comunistas e a Modernização: a Crise do Jacobinismo”. In *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 13, p. 68-83, 1989.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PROENÇA, José Luiz. “Do assédio implícito ao jornal prateleira”. In: LOPES, Boanerges e VIERA, Roberto Fonseca (orgs). *Jornalismo e Relações Públicas: Ação e Reação*. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro, E-papers, 2007.
- _____. “Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970”. In NEVES, L.M.B., MOREL, M. e FERREIRA, T. M. B da. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro, DP&A/Faperj, 2006.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Record, 2000.
- ROEDEL, Hiran et al. *PCB: 80 anos de luta*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2002.
- RUBIM, Albino. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.
- SILVA, Marco Antonio Roxo da. “Jornalistas, pra quê? - a militância sindical e o drama da identidade profissional”. Tese de Doutorado em Comunicação. Niterói: UFF, 2007.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1987.

DEPOIMENTOS

- AZÊDO, Maurício. In: MUNIZ, Maria Luiza de Castro. *Os produtores da notícia entre a redação e o espaço prisional no regime militar*. Trabalho publicado nos anais do XII Encontro Regional de História – ANPUH/RJ -2006.
- DINES, Alberto. In: ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN e ROCHA, Dora. *Eles Mudaram a Imprensa*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- MÜLLER FILHO, Roberto. In: ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN e ROCHA, Dora. *Eles Mudaram a Imprensa*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- PORFÍRIO, Pedro. MUNIZ, Maria Luiza de Castro. *Os produtores da notícia entre a redação e o espaço prisional no regime militar*. Trabalho publicado nos anais do XII Encontro Regional de História – ANPUH/RJ -2006.
- ANDRADE, Evandro Carlos de. In: ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN e ROCHA, Dora. *Eles Mudaram a Imprensa*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- LIMA, Pedro Motta. *Almanaque Folha de São Paulo*. In Folha de S. Paulo, 07 de janeiro de 1979. Versão online: www.almanaque.folha.uol.com.br/memoria-3.htm.